Reflexões sobre a Dimensão Política da Educomunicação no Calor das Manifestações de Rua e à Luz do Pensamento de Daniel Innerarity[1]

Silene de Araujo Gomes LOURENÇO[2]
Universidade de São Paulo, São Paulo, SP

RESUMO

Neste artigo procuramos refletir sobre a natureza política das ações educomunicativas no momento em que as redes sociais transbordam para as ruas e as multidões retomam os espaços públicos enquanto espaços legítimos de manifestação e de protestos populares. Nesse contexto, procuramos um novo sentido para a política a partir daquele que, segundo Innerarity, seria um dos maiores desafios da democracia na contemporaneidade: a pluralidade de ideias, de anseios e de demandas sociais. Destacamos também o fato de uma nova geração de educomunicadores surgir espontaneamente e crescer no interior desses movimentos, criando assim novos desafios para as universidades que mantêm cursos de graduação e pós-graduação em Educomunicação.

PALAVRAS-CHAVE: educomunicação; política; pluralidade; manifestações.

Introdução

Essa reflexão tem início durante as semanas que antecederam o 2º Congresso de Literacia, Media e Cidadania, evento ocorrido entre os dias 10 e 11 de Maio de 2013, no Pavilhão do Conhecimento do Parque das Nações, em Lisboa, e organizado pelo Grupo de Trabalho Informal sobre Literacia para os Media com o objetivo de promover a reflexão e o debate sobre a formação da cidadania e da criticidade frente ao universo mediático que nos permeia.

Para discutir as questões que foram postas, partimos do conceito de Educomunicação adotado pelo Núcleo de Comunicação e Educação da Universidade de São Paulo e definida por Soares (2011) como "um conjunto de ações inerentes ao planejamento, implementação e avaliação de processos, programas e produtos destinados a criar e a fortalecer ecossistemas comunicativos".

[1] Trabalho apresentado no GP Comunicação e Educação do XIII Encontro dos Grupos de Pesquisa em Comunicação, evento componente do XXXVI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

[2] Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação (PPGCOM) da ECA-USP, email: silene.lourenco@gmail.com.

Na ocasião, um dos trabalhos que apresentamos em sessão paralela recebera o seguinte título: "Educomunicação e a transformação da política"[3]. Nele discutimos a natureza da ação educomunicativa em espaços de educação formal, entendida como uma ação voltada para a leitura crítica dos media e/ ou mediada por tecnologia com o propósito de promover o direito à liberdade de expressão e a autonomia de crianças e jovens diante da multiplicidade crescente de informações. Trata-se, portanto e em primeiro lugar, de uma ação política, já que liberdade e autonomia implicam na transformação das relações de poder no interior da escola e entre escola e a comunidade.

Para avançarmos nessa direção e aprofundarmos a nossa compreensão sobre a natureza da ação educomunicativa, no entanto, sentimos a necessidade de buscar um sentido contemporâneo para o conceito de política, uma vez que as concepções clássicas parecem não sensibilizar mais as novas gerações, ao mesmo tempo em que as formas tradicionais de se fazer política caem no descrédito.

A inquietação diante do tema é antiga, mas o primeiro esforço de sistematização ocorreu em função do 2º Congresso de Literacia, Media e Cidadania e passou a ganhar corpo teórico com o pensamento de Daniel Innerarity, professor de Filosofia Política e Social e pesquisador da Universidade do País Basco, para quem a contemporaneidade está exigindo profundas transformações da política. Segundo ele, mais do que administrar crises, o maior desafio das esferas de decisão política seria aprofundar a democracia e buscar saídas oportunas para problemas de enorme complexidade em meio à adversidade e diversidade de opiniões.[4]

O pensamento de Daniel Innerarity ganha força com as manifestações sociais que de forma surpreendente tomaram conta do Brasil a partir de Junho deste mesmo ano, e que abriram um leque de possibilidades para a História. Por outro lado, apesar da natureza difusa e pouco conhecida dessas manifestações, foi possível identificar, sob o ponto de vista epistemológico, várias intervenções educomunicativas nesse contexto.

O objetivo, pois, deste trabalho é dar continuidade à nossa reflexão sobre a dimensão política da Educomunicação à luz do pensamento de Daniel Innerarity, mediada agora pelos acontecimentos recentes. Ainda que o momento seja muito mais propício para perguntas, não negamos a verdadeira motivação dessa empreitada: a busca, talvez precipitada, de respostas, mesmo que provisórias.

[3] Resumo do trabalho disponível em: http://literaciamediatica.pt/congresso/livro-de-resumos. Acesso em: 15 Julho 2013.
[4] Fonte: http://www.danielinnerarity.es/ Acesso: 15 julho 2013.

Mobilização social, transformação da política e emergência de novos educomunicadores

Faço parte de um grupo que não acreditava mais na possibilidade de ver as pessoas retomarem as ruas do país em protesto, mais preocupadas com questões que realmente fizessem diferença em nossas vidas do que com jogo do Brasil durante Copa das Confederações. Menos ainda, que tivessem a capacidade para levar canais de rádio e televisão a mudarem as suas grades de programação para cobrir em tempo real as manifestações. Pessoalmente, acreditava que isso seria possível apenas em um futuro distante.

No entanto, o retorno do povo às ruas, o poder de sedução das massas e as novas formas de expressão dos jovens têm nos levado a uma busca quase obsessiva por informações e ferramentas cognitivas que ajudem a compreender a extensão e a complexidade desses acontecimentos. Os indícios podem parecer claros, mas a natureza difusa dos movimentos exige cautela.

São inúmeros e diversos os aspectos que chamaram a nossa atenção. Aqui abordaremos apenas alguns deles.

Tendo em vista o tema da nossa reflexão, começaremos pela emergência espontânea de uma nova geração de educomunicadores no seio desses movimentos sociais quando a nossa preocupação estava voltada para a conquista de espaços formais de ensino (escolas e universidades) com o objetivo de expandir a formação de profissionais com capacidade para atuar na interface comunicação/educação.

Não me refiro apenas ao fato dessa nova geração, proveniente da classe média, se valer de tecnologias digitais e das redes sociais para promover mobilizações e manifestações de massa, enquanto nas décadas de 60/70/80 do século XX integrantes da classe trabalhadora, alfabetizados pelo método Paulo Freire no interior das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), exercitavam a leitura crítica dos meios a partir de revistas e jornais impressos ao mesmo tempo em que experimentavam o poder panfletagem e das rádios comunitárias como forma de expressão e organização popular. Pretendo aqui chamar a atenção para o fato de muitos jovens hoje estarem exercitando o direito à liberdade de expressão por meio do diálogo horizontal, direto e democrático.

Nesse sentido, a Rede Brasil Atual (RBA) publicou no dia 21 de Junho a transcrição de um diálogo emblemático ocorrido entre dois manifestantes.[5] Consideramos emblemático porque embates como esse ocorrem o tempo todo nas ruas e no interior das redes sociais, e porque o mesmo serve para demonstrar o caráter pedagógico dessas manifestações, aspecto já observado por pesquisadores, intelectuais e jornalistas.

A conversa foi acompanhada pelo repórter Tadeu Breda que, na ocasião, fez o seguinte comentário:

> São Paulo – Após presenciar – e tentar evitar, sem sucesso – a agressão de militantes de esquerda por uma multidão ensandecida ontem (20) na avenida Paulista, em São Paulo, um membro do Movimento Passe Livre (MPL) conhecido como Bahia, de 21 anos, passou mais de meia hora tentando convencer alguns jovens do quão violentamente haviam se comportado no episódio. E conseguiu. (sic)[6]

A seguir, copiamos alguns trechos da conversa:

> (...)
> Bahia: Cara, deixa eu só fazer um comentário pra você. Essa bandeira do Brasil que você tá usando nas costas, em nome dessa bandeira mataram dezenas de milhares. Em nome dessa bandeira destruíram nações. Em nome dessa bandeira mataram mulheres, oprimiram negros...
> Davi: Mas aqui é diferente, cara. A gente tá lutando porque brasileiro não acredita mais em partido.
> Bahia: Cara, quem é você pra falar pelos brasileiros?
> Davi: O povo tá gritando aqui: "Sem partido, sem partido". É só escutar. Não sou o único que está reclamando não.
> (...)
> Bahia: É, vocês dizem respeitar o ponto de vista dos outros, mas queimaram a bandeira deles.
> Davi: Se eles tivessem abaixado antes...
> Bahia: Gente, vocês estão exigindo que eles abaixem algo que é direito deles.
> (...)
> Bahia: (...) Se eu perguntar pra maioria das pessoas aqui, talvez a maioria seja contra o casamento gay. Por isso eu vou ser a favor deles? Nosso dever não é estar sempre com a maioria. A maioria, em vários momentos da história, defendeu barbaridades. Democracia não é só pra você, é pra ele também. O cara tem direito de estar com a bandeira dele. Vocês podem discordar da bandeira vermelha, mas jogaram coisas pegando fogo neles. E vocês incitaram. As pessoas gritavam "Fora partido". Não achem que a única violência é bater. Quando vocês começaram a gritar em círculo "Fora partido", vocês incitaram a pessoa que jogou fogo neles. Vocês agiram, infelizmente, igualzinho à Tropa de Choque que tentou calar a minha boca uma semana atrás. E uma semana atrás não tinha 200 mil na rua. Tinha 5 mil apanhando. E eles estavam no meio desses 5 mil. Eles estão no meio há anos, apanhando. Há anos eles se fodem, há anos! Daí, pela primeira vez que o povo vai pra rua, depois desses caras terem lutado tanto, vocês viram pra eles e queimam o símbolo em que eles acreditam. Cara, tô quase chorando. É muito triste. Não tem

[5] Fonte: http://www.redebrasilatual.com.br/cidadania/2013/06/dialogo-capturado-na-avenida-paulista-demonstra-irracionalidade-de-manifestantes-antipartido-6225.html Acesso: 15 Julho 2013.
[6] Idem.

> como vocês, que fazem isso, depois exigir que a polícia não bata nas pessoas. Vocês bateram em gente que luta. Pelo amor de deus, é bestial. É assustador. Eu não concordo com um monte de cartazes que estão aqui, não concordo. Mas eu não derrubei nenhuma bandeira. Eu não derrubei o PEC 37...
>
> (...)
>
> David: Não acho que eles têm direito porque, sabendo que iriam encontrar resistência muito grande aqui, eles poderiam ter evitado o conflito. Eu tô aqui e não tô levantando bandeira nenhuma.
>
> (...)
>
> Bahia: Cara, não é democrático exigir que as pessoas abaixem suas bandeiras. Não é que eles estavam, por exemplo, pedindo morte aos gays. Se fosse, você teria direito de pedir que abaixassem.
>
> Davi: Mas a partir do momento em que você tem a massa pedindo...
>
> Bahia: Um dia, nos anos 1960, a massa pediu pra matar gays. Cuidado com o que a massa pede.
>
> (...)
>
> Davi: Mas, se eles estavam apanhando, por que não abaixaram as bandeiras?
>
> Repórter: Cara, vou tentar explicar o que o Bahia está tentando dizer: se você levanta um cartaz com uma mensagem em que você acredita, por exemplo, a PEC 37, daí vem um grupo de pessoas e exige que você abaixe o cartaz, e rasga o cartaz. Você não acha violento?
>
> Davi: Acho violento sim.
>
> Repórter: Pois foi exatamente isso que aconteceu aqui.
>
> Davi: É violento, é violento. Eu concordo com ele que é violento.[7]

De certa forma, os trechos destacados traduzem a concepção de política que fundamenta a nossa reflexão.

> Nos dicionários especializados, a palavra política aparece geralmente como um tipo de ação caracterizado pela integração de elementos como "o bem público, caráter polêmico ou conflituoso dos atos que visam a sua realização e intervenção das agências de poder". Tem sempre a ver com poder, portanto, embora a ele não se reduza todo o alcance do conceito. A referência ao que, no poder, se faz implícito (o polêmico) e explícito (agências de intervenção) dá margem à concepções variadas no âmbito da ciência política, que oscilam entre o entendimento da política como um "livre-agir" do cidadão – portanto, uma atividade livre (não sujeita à ordem jurídica), criativa e originadora de transformações no âmbito da cidadania – e o de uma ação de poder organizado (Estado), com um valor configurativo de ordem, então dita "vinculativa". Ao lado dessas oscilações conceituais, situa-se a política como "orientação para a realização de fins", para a qual existe em inglês o termo *policy*, distinto de *politics*. (SODRÉ, 2006, p.130)

A concepção de política na qual se baseia a nossa reflexão está, pois, vinculada justamente às ações livres e espontâneas voltadas para a construção de espaços de cidadania. Essas ações nascem no cotidiano das relações sociais e, de forma criativa, acabam por interferir nas estruturas de poder, transformando a realidade.

A conversa entre os manifestantes serve para mostrar que o diálogo aberto, mediado ou não por tecnologias, permite que as questões de interesse coletivo sejam discutidas

[7] Idem.

publicamente, instigando a reflexão. Quando isso acontece, a rua passa a politizar os indivíduos, o que pode ser positivo, pois a prática política, segundo Innerarity, permite "situar as coisas num âmbito de discussão pública, arrebatá-las aos técnicos, aos profetas e aos fanáticos." (2002, p.29)

No entanto, há que se entender o sentido de politização que sustenta a afirmação do autor. Resumidamente, trata-se de preparar as pessoas para conviver com as incertezas e fragilidades da condição humana em um mundo cada vez mais complexo. E um dos aspectos dessa complexidade que, segundo o autor, hoje se manifesta de forma contundente é a pluralidade.

Pluralidade, aliás, é uma palavra que define bem a natureza dessas manifestações. Desencadeadas inicialmente pelo descontentamento provocado pelo aumento das passagens de transporte coletivo e sob a liderança do Movimento Passe Livre (MPL), rapidamente ganharam um aspecto difuso e descentralizado fazendo emergir toda sorte de reivindicações: revisão dos gastos públicos em eventos como a Copa do Mundo, melhorias nas condições de saúde, educação e transporte, fim da corrupção, cassação de parlamentares, reforma política etc.

> ...o problema de como manter uma genuína comunidade política nas condições do pluralismo exige que sejam reconhecidas de entrada as limitações de qualquer projeto harmonizador. Parece necessário avançar para um modelo menos contratualista, para um modelo de decisão social em que o acordo reflita um processo aberto de discussão. (INNERARITY, 2002, p.105)

Não se trata de fatalismo. Menos ainda de uma visão romântica sobre os movimentos de organização civil. Trata-se de atribuir uma dimensão mais humana e contemporânea ao papel da política em nossa sociedade. Segundo o autor, "A aprendizagem da política fortalece a nossa capacidade de conviver com esse tipo de frustrações e convida-nos a respeitar as nossas limitações." (INNERARITY, 2002, p.31)

A sociedade é um espaço plural e, portanto, um espaço de conflitos. Nesse sentido, torna-se necessário criar condições para que as pessoas possam conviver com e apesar das diferenças. Tolerância é a palavra que deve nortear as relações plurais na contemporaneidade.

Entendemos que essas condições são criadas quando as relações tornam-se mais horizontais e o diálogo passa a ser uma premissa.

No entanto,

> quem entra num diálogo não sabe com exatidão como ele terminará. Só é sincero um diálogo em que eu possa convencer outros mas no qual também possa ser convencido, no todo ou em parte. Os outros diálogos são encenações para a

> autoconfirmação. Dialogar é sempre uma coisa arriscada, e assim parecem ter entendido os que se negam a fazê-lo com receio de perder alguma coisa nessa operação. (INNERARITY, 2002, p.29)

Por outro lado, "Os que discutem são pessoas que se sabem falíveis, mas que procuram formular claramente fins e projetos no complexo conflito de valores e interesses que caracteriza uma sociedade aberta." (INNERARITY, 2002, p.66)

Ainda segundo Innerarity, "A tradição antiliberal pretendeu transformar as relações sociais de tal modo que as diferenças fossem superadas ou deixassem, ao menos, de constituir fontes de divisão e conflito." (INNERARITY, 2002, p.87) Esse seria, por exemplo, o caso de Rousseau, para quem a divergência da opinião individual em relação à opinião geral indicaria um erro da parte do indivíduo; ou de Marx, que acreditava na abolição das classes sociais como uma forma de acabar com os antagonismos entre os homens. Entretanto, "No mundo contemporâneo, enfrentamos a tarefa, frequentemente difícil, quando não trágica, de viver com o pluralismo e suportar os conflitos." (INNERARITY, 2002, p.94)

Os media, nesse contexto, podem e devem assumir um papel estratégico na promoção da dialogia. No entanto, a mídia convencional mostra-se incapaz de fazê-lo, já que esteve sempre preocupada em construir aparentes consensos ao invés de refletir a polifonia social.

Acreditamos que essa seja uma explicação para o crescimento espontâneo e voluntário de educomunicadores no contexto atual, fato que pode ser comprovado pelo crescimento do movimento Ninja – Narrativas Independentes, Jornalismo e Ação – e da Rede PósTV[8], projeto que surge em 2011 tendo como lema a liberdade plena de expressão (o projeto não conta com nenhum tipo de patrocínio). Ambos fazem parte do movimento nacional Circuito Fora do Eixo[9]. Com a cobertura e transmissão ao vivo das manifestações por meio de *streaming* (vídeo pela internet), ações essas protagonizadas pelos repórteres da mídia Ninja, a Rede PósTV passa a conquistar cada vez mais audiência e novos colaboradores.

Segundo Bruno Torturra, integrante do movimento Ninja em entrevista concedida à jornalista Elizabeth Lorenzotti do Observatório da Imprensa (a entrevista foi publicada em 25 de Junho de 2013),

> é impossível dizer o número de colaboradores porque, devido ao caráter de rede, há pessoas que se dispõem a ser um ninja por um dia, ou por horas. Na quinta-feira

[8] Fonte: http://www.postv.org/. Acesso em: 15 julho 2013.
[9] Fonte: http://foradoeixo.org.br/. Acesso em: 15 julho 2013.

> (20/6), o N.I.N.J.A. cobriu 50 cidades. Em São Paulo, o núcleo é de seis a oito pessoas, com idade média de 22 anos e nenhum com formação jornalística.[10] (sic)

Compromisso com a ética, contato direto com a realidade, transmissão ao vivo sem edições de imagens, engajamento social, narração dos fatos sob o ponto de vista dos manifestantes e interatividade em tempo real são as principais características que distinguem a ação desses jovens e que, em nosso entendimento, muito se aproxima daquilo que denominamos por intervenção educomunicativa.

Entende-se por intervenção ou, simplesmente, ação educomunicativa toda iniciativa tomada em espaços educativos com o objetivo estimular o senso crítico de crianças, jovens e adultos frente ao universo midiático e/ou promover a apropriação de tecnologias e linguagens midiáticas tendo em vista a promoção da autonomia e do direito à liberdade de expressão e à informação.

No caso das manifestações que foram desencadeadas no Brasil, podemos dizer que as redes sociais integraram-se às ruas e criaram uma imensa "sala de aula" na qual todos nós temos o que aprender e o que ensinar na tentativa de redescobrirmos a vida em sociedade.

Nesse sentido, é preciso ter claro que uma intervenção educomunicativa não é determinada pelas características das novas tecnologias da comunicação e da informação, embora seja por elas viabilizada, mas pela concepção de mundo e de sociedade que as novas gerações pretendem construir.

Quando falamos em alfabetização digital e midiática devemos ter como preocupação maior o desenvolvimento da capacidade de expressão dos indivíduos. Da mesma forma, a apropriação tecnológica deve ser pensada a partir dos interesses e necessidades daqueles que farão uso dos recursos da informação e da comunicação, para além de modismos e das pressões de mercado.

Devemos partir de uma concepção dialógica de Educação, da forma como foi concebida por Paulo Freire, ao estimular exercícios coletivos de produção midiática – programas radiofônicos, vídeos, blogs, jornal mural, jornal impresso – através dos quais educadores e educandos possam compartilhar suas visões de mundo negociando, em condições de igualdade, a pauta de um programa de rádio, o roteiro para produção de um vídeo, o conteúdo a ser publicado em um blog etc.

[10] Fonte: http://www.observatoriodaimprensa.com.br/news/view/postv_de_pos_jornalistas_para_pos_telespectadores. Acesso em: 15 julho 2013.

Trata-se, portanto, de um aprendizado sistemático do viver em sociedade e de tomada de decisões coletivas. Por isso dizemos que a produção mediática em espaços educativos, na perspectiva da Educomunicação, é um exercício de democracia e, portanto, uma ação política.

O reconhecimento da impossibilidade de nos alinharmos e nos mobilizarmos em torno da construção de um único ideal de sociedade tendo em vista a sua transformação não deve, por outro lado, reduzir a ação educomunicativa a simples entretenimento com a justificativa de que "Em tempos de incerteza, é compreensível que a possibilidade de não fazer nada se apresente como a melhor solução.

"(...) A política não é administração, mas configuração, esboço das condições de ação humana, abertura de possibilidades." (INNERARITY, 2002, p.42) Nesse sentido, devemos entender a dimensão político-pedagógica da Educomunicação como uma forma de preparar as pessoas para conviver com as incertezas e fragilidades da condição humana, e para inserir os indivíduos no mundo da complexidade.

Estar inserido no mundo da complexidade significa ser capaz de refletir sobre a complexidade do mundo quando este se revela à consciência humana. E um dos aspectos dessa complexidade é com certeza, a pluralidade.

Como dissemos anteriormente, a sociedade é um espaço plural e "a pluralidade não é sempre um jogo enriquecedor; pressupõe frequentemente a presença de juízos incompatíveis que dão origem a compromissos molestos ou a conflitos. Por causa da pluralidade de caracteres, opiniões e interesses, "a opinião comum que é possível obter tem sempre um limite trágico". (COVER: 1986, p. 1629 apud INNERARITY: 2002, p.85). Nesse sentido, a atual situação do Egito nos parece exemplar.

A práxis dialógica deve ser entendida no contexto atual como um esforço para se alcançar, quando muito, um consenso possível e momentâneo. A sua função não é eliminar as divergências no interior da sociedade, mas reconhecê-las e se fazerem respeitar. O diálogo político-pedagógico, portanto, é uma ação civilizadora, que serve para administrar os conflitos de maneira racional. Essa parece ser, inclusive, a principal lição a ser tirada do diálogo entre os manifestantes Bahia e David aqui transcrito parcialmente.

Conclusão

Refletir sobre a dimensão política da ação educomunicativa no contexto das manifestações populares sob a luz do pensamento de Daniel Innerarity nos faz discordar daqueles que enxergam nas ruas apenas movimentos esvaziados ideologicamente, sem lideranças organizadas e sem pautas definidas. A tentativa por parte de formadores de opinião reconhecidamente de esquerda de desqualificar as novas formas de expressão e de reivindicação social a partir de visões anacrônicas da História e das formas de se fazer política não nos parece um bom caminho mesmo quando a intenção é se proteger e proteger a sociedade de um novo golpe de Estado e da possibilidade de retorno dos militares ao poder.

> Toda época adere, mesmo sem saber, a suas próprias utopias – à "ideologia invisível" – que ela toma por projetos válidos, nos quais realmente crê. Cada geração quer se convencer de que sabe "mais" que a anterior e fala em voz alta , quando na realidade apenas obedece a um sistema de crenças e hipóteses "falsificáveis", no sentido que dava ao termo Karl Popper. A crítica *a posteriori* de uma utopia se fundamenta, na maior parte das vezes, embora inconscientemente, em uma nova utopia que, amanhã ou depois, está arriscada a se revelar pelo que era. Falsa lucidez científica caída de seu pedestal, que se verá ridicularizada, por sua vez, por uma nova vulgata com a mesma ferocidade pretensamente "esclarecida". Em assim por diante, em uma morna alternância de vaidades e falta de discernimento. Na história das idéias tudo deveria convidar-nos a sermos mais modestos. (GUILLEBAUD, 1999, pp. 43-44)

Obviamente, há muitas questões em jogo. Não descartamos a possibilidade de um retrocesso e temos razões de sobra para temer a organização de grupos de extrema direita em um país onde a realidade cotidiana oscila entre avanços democráticos e a disseminação da barbárie.

Mas, parece-nos mais sensato admitir que algo novo, desconhecido, de natureza diversa daquilo que conhecemos até hoje no campo da política e, portanto, ainda pouco inteligível está em processo de gestação.

Concordamos com a visão da socióloga Maria da Glória Cohn[11] a respeito do perfil dos novos manifestantes, visão essa reiterada por outros.

As novas gerações não se identificam com a organização burocrática e hierarquizada de partidos políticos e sindicatos. Preferem atuar de forma coletiva, espontânea e descentralizada para defender melhorias nas condições da vida cotidiana a engrossar as fileiras de um exército revolucionário empunhando bandeiras – e ideologias – monocromáticas. São jovens que não se sentem representados pelas atuais instituições e reivindicam formas de participação direta. Muitos não têm nenhum tipo de formação

[11] Fonte: http://www.estadao.com.br/noticias/nacional,apos-atos-governo-nao-tem-interlocutores,1053152,0.htm. Acesso: 15 julho 2013.

política ou experiência de militância, e buscam se informar no calor da hora. Daí a importância das redes sociais e dos canais independentes de comunicação e expressão.

Para além das discordâncias, no entanto, parece existir um consenso entre aqueles que se preocupam em entender o presente: os fatos são muito recentes, um movimento novo foi desencadeado e qualquer opinião sobre um futuro desfecho não passaria de prática de adivinhação. Por outro lado, a imprevisibilidade dos acontecimentos e a incerteza em relação ao futuro sopram novos ares sobre a História, e participar da sua construção torna-se novamente interessante e atraente.

Para finalizar, destacamos dois aspectos para os quais os pesquisadores e profissionais da Educomunicação devem atentar no momento. Em primeiro lugar, precisamos estar cientes de que uma nova geração de educomunicadores está se formando e essa formação não passa necessariamente pela escola e pela universidade. Ela ocorre em espaços alternativos, independentes, no interior das mídias sociais e nas próprias ruas. Essa nova geração cresce, ganha espaço e visibilidade no contexto das manifestações atuais. O fato de estarmos criando espaços institucionalizados de formação não deve ser motivo para desqualificar espaços alternativos e independentes que hoje contribuem para recuperar e redimensionar o sentido político da Educomunicação.

Em segundo lugar, precisamos considerar a possibilidade desses jovens procurarem, em algum momento, as universidades para aprofundar essa formação. Nesse sentido, torna-se necessário pensar sobre em que medida os cursos de Educomunicação, em nível de graduação e pós-graduação no Brasil, estão voltados para o perfil desses jovens e preparados para atender as suas necessidades e expectativas.

Ficam aqui essas questões para a nossa reflexão.

REFERÊNCIAS

2º Congresso Literacia, Media e Cidadania. **Atas do Congresso e Livro de resumos**. Disponível em: http://literaciamediatica.pt/congresso/livro-de-resumos. Acesso em: 15 julho 2013.

Daniel Innerarity. Disponível em: http://www.danielinnerarity.es/. Acesso em: 15 julho 2013.

ESTADÃO.COM.BR**. Após atos, governo não tem interlocutores**. 13 julho 2013. Disponível em: http://www.estadao.com.br/noticias/nacional,apos-atos-governo-nao-tem-interlocutores,1053152,0.htm . Acesso em: 15 julho 2013.

GUILLEBAUD, Jean-Claude. A tirania do prazer. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

INNERARITY, D. A transformação da política. Lisboa: Editorial Teorema, 2005.

Observatório da Imprensa. **POSTV, de pós-jornalistas para pós-telespectadores.** Ed. 752, 25 Junho 2013. Disponível em: http://www.observatoriodaimprensa.com.br/news/view/postv_de_pos_jornalistas_para_pos_telespectadores **.** Acesso em: 15 julho 2013.

Portal Fora do Eixo. Disponível em: http://foradoeixo.org.br/ . Acesso em: 15 julho 2013.

POSTV. Disponível em: http://www.postv.org/. Acesso em: 15 julho 2013.

SOARES, I. O. Educomunicação: o conceito, o profissional, a aplicação. São Paulo: Paulinas, 2011.

SODRÉ, M. As estratégias sensíveis: afeto, mídia e política. Petrópolis/RJ: Vozes, 2006.